

# O CAPITALISMO E A EXPANSÃO DO ENSINO NO BRASIL

Carina Lopes Giamogeschi, graduada em Letras e pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira.

Resumo: Propõe um estudo sobre as relações existentes entre o início e o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, com o desgaste do poder da oligarquia rural, e o processo de expansão do ensino no país, enfatizando as exigências da população por uma demanda social de educação, o oferecimento do ensino por parte do Estado e as conseqüências positivas e negativas desse impulso, que não ocorreu de maneira suficientemente organizada.

**PALAVRAS-CHAVES:** demanda de educação, capitalismo industrial, oferta de ensino, democratização.

## 1) INTRODUÇÃO

Pretende-se nesse artigo promover um estudo sobre a educação do Brasil após a década de 30, por meio de pesquisas em obras que versem sobre o assunto, utilizando como base a pesquisa realizada por Otaíza de Oliveira Romanelli e enfatizando a expansão do ensino nesse período.

Objetiva-se explicitar o panorama político e econômico nacional após a Revolução de 30, quando o país sofreu com a falta de investimentos externos e passou a incentivar a economia interna, fortalecendo o processo de industrialização e o crescimento do setor terciário.

Ressaltaremos a interferência dessa transição econômica, da oligarquia rural ao capitalismo industrial, na educação brasileira, enfatizando os avanços e definindo a sua estrutura.

Abordaremos os aspectos positivos da expansão do ensino, que promoveu a queda de índices de analfabetismo e aumentou as oportunidades de educação. Entretanto, também narraremos as conseqüências negativas da expansão, que criou novas oportunidades de marginalização devido ao progresso educacional não planejado.

## 2) INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NA EXPANSÃO DO ENSINO

Com a chegada do século XX, o Brasil entrou em um período de crise e de buscas por mudanças políticas e, conseqüentemente, sociais. No século XIX, as nações mais desenvolvidas já sentiam grande necessidade de estruturar a educação e deixá-la a cargo do Estado. Com o surgimento de uma nova economia, proveniente da industrialização dos grandes centros urbanos, o êxodo rural aumentou significativamente e as cidades necessitavam de uma educação que preparasse a população para o trabalho industrial. Desse modo, a educação como responsabilidade do Estado, oferecida de maneira pública, universal e gratuita, se incumbiria de preparar o povo para o mercado de trabalho e para se adequar ao capitalismo.

A segurança do novo sistema estava, pois, interligada à política educacional, que preparava o indivíduo para o trabalho, fornecendo conhecimento para diferentes áreas de atuação, e garantindo ao sistema consumidores com a mentalidade e poder aquisitivo capazes de sustentar o capitalismo.

No Brasil, a intensificação do capitalismo industrial significou novas exigências educacionais. Com a crise da década de 30, a economia brasileira se viu fortemente abalada pelo cessar de investimentos estrangeiros, que obrigou o país a abandonar a exportação de suas produções, em especial o café, e significou uma queda do poder latifundiário. A partir de então, com a manifestação das classes mais baixas e com menos voz ativa por uma mudança política que superasse a crise, o capitalismo industrial se instalou como uma proposta de se aproveitar os recursos nacionais e fortalecer a economia brasileira, deixando de necessitar das importações e passando a produzir os produtos dentro do país. Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli:

*“A Economia brasileira reagia de forma dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência da renda de um para outro setor. Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial. Tudo isso trouxe conseqüências benéficas para o setor industrial, que, graças à crise, passou a contar com a disponibilidade do mercado interno, então não mais dominado pelo capital estrangeiro, e com a possibilidade de um aproveitamento mais intenso de sua capacidade já instalada e que, até então, vinha operando em regime de subaproveitamento, por causa da concorrência das importações.”<sup>1</sup>*

Desse modo, o capitalismo industrial promoveu um novo curso na educação brasileira. Se antes, durante o sistema oligárquico, as necessidades de instrução e uma organização educacional não se faziam necessárias pela população, diante das condições e exigências do trabalho, nem pelos centralizadores do poder, ficou evidente que, com o capitalismo industrial e a nova realidade proveniente deste, a instrução tornou-se principal meio de ascensão social e colocação no mercado de trabalho, especialmente com o crescimento do setor terciário.

---

<sup>1</sup> “História da Educação no Brasil: 1930/1973”, p. 48.

Pode-se concluir, então, que a estrutura sócio-econômica existente no Brasil até então foi a responsável pela falta de oferecimento de uma educação pública, universal e gratuita. Neste contexto, a ausência de interesse na oferta da educação e falta de pressão de demanda social foram as causas, muito mais que a escassez material, para o não oferecimento de educação ao povo e a não solidificação de uma política a determinar a prioridade da instrução.

A Revolução de 30 resultou, então, no enfraquecimento das velhas oligarquias e no aumento da demanda social de educação e pressões pela expansão do ensino.

Entretanto, da mesma maneira como a expansão capitalista não ocorreu plenamente em todo o território nacional, como também não aconteceu de maneira homogênea, a expansão educacional apenas se desenvolveu nos centros onde o progresso industrial se estabeleceu com maior força, criando, assim, enormes desigualdades e defasagens entre as regiões brasileiras. Muito além, a disparidade existente na oferta de ensino causou uma luta de classes e a pressão social pela democratização da educação fez com que o país apenas tentasse conter as exigências da população, oferecendo escolas limitadas e mantendo o caráter elitizante, deixando de promover uma política educacional estável e duradoura.

*“O que se verificou, a partir daí, foi o fato de a expansão do sistema escolar, inevitável, ter-se processado de forma atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação. É por isso que cresceu a distribuição de oportunidades educacionais, mas esse crescimento não se fez de forma satisfatória, nem em relação à quantidade, nem em relação à qualidade.”<sup>2</sup>*

### **3) O OTIMISMO DA EXPANSÃO ESCOLAR**

Embora o capitalismo industrial tenha crescido e incentivado a busca pelo ensino, criou-se uma situação de contradição com o velho sistema latifundiário, que persistiu retendo sua própria cultura e valores, preconizando a ignorância das massas. Com isso, a estrutura escolar não sofreu alterações capazes de significar uma mudança quantitativa e qualitativa na oferta da educação.

Entretanto, enfrentando a resistência, o índice de analfabetismo caiu entre os anos de 1900 a 1970. O processo de urbanização, o aumento da renda e o crescimento demográfico incentivaram a demanda de educação e, conseqüentemente, fizeram aumentar os índices de alfabetização, resposta previsível para a diminuição do isolamento social e a aceleração do processo de industrialização. Ressalte-se, ainda, que após 1940 ocorreu um crescimento da renda *per capita*, uma vez que o trabalho era melhor remunerado na indústria que na agricultura, reflexo da valorização salarial do trabalhador urbano.

Além disso, o sucesso com a queda do analfabetismo não se deveu exclusivamente à alfabetização da parcela da população em idade escolar, mas também

---

<sup>2</sup> Otaíza de Oliveira Romanelli, “História da Educação no Brasil: 1930/1973”, p. 61.

daqueles com mais de 14 anos. Em 1947, foi implantado nas cidades brasileiras o ensino supletivo, responsável por instruir e formar as pessoas que já não tinham mais a idade para frequentar o ensino regular. A Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos perdurou por treze anos e matriculou cerca de 5,2 milhões de novos alunos.

Inegável o crescimento da expansão do ensino após 1920, que também se relaciona com o aumento demográfico. Nesse ano, 90% da população escolarizável, ou seja, entre 5 e 19 anos, estava fora das escolas, enquanto que no ano de 1970, o índice caiu para 46,28%, uma queda significativa, considerando que a população aumentou nesse intervalo de tempo em 22.467.566.

*“Ultrapassando de muito os índices de crescimento da população, a expansão do ensino conseguiu atingir, portanto, boa parte da população que vinha sendo marginalizada pelo sistema, o que indica a existência de um fator importante: o crescimento da demanda social de educação, ou melhor, a transferência acentuada do contingente pertencente à demanda potencial existente para o contingente de demanda efetivamente de educação escolar.”<sup>3</sup>*

#### **4) A ORDEM SOCIAL DUALISTA**

Apesar dos avanços no setor educacional, outra situação se fez presente no panorama brasileiro, com o equilíbrio da sociedade dualista. Enquanto o ensino primário apenas preparava a classe pobre para o mercado de trabalho, o ensino secundário preparava a elite para ingressar no ensino superior, nos modelos do ensino propedêutico. Assim, a educação avançou visivelmente, atingindo um número maior de pessoas em idade escolarizável ou não, porém, sem promover uma reforma em sua estrutura que pudesse realmente representar uma democratização do ensino.

Entretanto, a pressão na demanda da educação promoveu a ruptura do equilíbrio social e a desestabilização do Estado, que até então agia de maneira passiva, buscando apenas contornar as exigências populares com medidas paliativas. Desse modo, a educação desenvolveu-se sempre em atraso ao desenvolvimento econômico.

Além do mais, o progresso mais concentrado da industrialização nas regiões Sul e Sudeste acentuou os índices demográficos dessas regiões e fez cair os índices nas regiões menos desenvolvidas industrialmente, tornando-se um fator responsável pela não distribuição homogênea da expansão do ensino, que, como vimos, está interligada à demanda social e à densidade demográfica.

#### **5) AS DEFICIÊNCIAS DA EXPANSÃO DO ENSINO**

Um dos fatores da deficiência na expansão do ensino foi, como iniciamos acima, a insuficiência da oferta. Em 1964, 33,8% de pessoas em idade escolarizável

---

<sup>3</sup> Otaíza de Oliveira Romanelli, “História da Educação no Brasil: 1930/1973”, p. 65.

estavam fora das escolas, sendo que 25,59% pertenciam à zona urbana e 74,40% concentravam-se na zona rural. No ano de 1970, as diferenças persistiram. Dos 31% da população que se encontrava fora das escolas, 80,30% pertenciam à zona rural. Esse quadro pode ser explicado pelo sistema econômico predominante à época. Enquanto que nos grandes centros urbanos a demanda por educação era maior, considerando a concentração demográfica, as exigências do mercado de trabalho industrial e a acessão social pela instrução, no campo a realidade se apresentava de maneira diferente. O latifúndio não foi atingido pelas transformações do capitalismo e fundamenta-se em sistemas arcaicos de produção, que não exigiam instrução dos trabalhadores e diminuindo, conseqüentemente, a demanda da educação e a qualificação da população campestre.

A oferta de escolas obedece às pressões sofridas pelo Estado pela demanda de educação. Nas regiões menos desenvolvidas industrialmente, onde predominam os latifúndios, há menos demanda e, logicamente, menos oferta. Porém, não só no ensino primário a oferta pela educação fica aquém das exigências da população e se estabelece como fator de marginalização. A oferta e procura pelo ensino superior também pode ser analisada como processo de exclusão social. Enquanto a demanda é elevadíssima, tendo-se em conta as longas listas de inscritos nos vestibulares, a oferta é mínima, proporcionando ao sistema a chance de absorver a parcela que se pode comportar e não aquela que a sociedade e o mercado necessitam nem a outra que efetivamente exige a oferta. Essa falência do sistema na oferta de ensino é muito mais evidente no ensino superior, uma vez que *“a população escolar chegada até o fim do ensino médio já foi terrivelmente ‘peneirada’, selecionada pela base, constituindo essa população os privilegiados do sistema, aos quais este mesmo sistema recusa em massa”*<sup>4</sup>.

Outro aspecto de marginalização foi, e ainda é, o baixo rendimento do sistema escolar. Além de não serem oferecidas vagas suficientes para suprir a demanda efetiva, uma parte da parcela que consegue ocupar aquelas geradas é excluída da vida escolar. Portanto, o sistema que falha ao não comportar a demanda, proporcionando um acesso mais democrático à educação, absorve apenas uma parte dos interessados e seleciona-os ainda mais. Esse “estrangulamento”, como quer Otaíza de Oliveira Romanelli, é maior na transição da 1ª para a 2ª série, atingindo cerca de 57% dos alunos matriculados e chega a 33% dos alunos que passam do colegial para o ensino superior. Ele ocorre por vários fatores de ordem política, social e cultural e os índices variam de acordo com as regiões do país e com as zonas de ocupação: rural ou urbana. Como assinalam Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Leonor Maria Tanuri:

*“... foi baixo o rendimento apresentado pelo sistema de ensino, em vista dos consideráveis índices de evasão e reprovação. Acrescente-se também que, embora os índices de expansão do ensino excedessem os de crescimento populacional, eles foram bastante insuficientes se comparados com as transformações econômicas do País.”*<sup>5</sup>

Uma terceira deficiência na expansão escolar foi a discriminação social e a luta de classes. Em um sistema defeituoso, que não gera meios para atender a demanda e cria mecanismos de seleção daqueles que conseguem ingressar na vida escolar, inicia-

---

<sup>4</sup> Otaíza de Oliveira Romanelli, “História da Educação no Brasil: 1930/1973”, p. 88.

<sup>5</sup> “A Educação Básica no Brasil: dos Primórdios até a Primeira Lei de Diretrizes e Bases”, p. 87.

se uma luta pela educação para a conquista de *status*. Ao se abrir as portas da educação para as camadas mais pobres da população, deu-se origem a uma luta entre classe em busca de maior relevo social. A realidade da educação brasileira delineou-se, então, desta maneira:

*“...teve de oscilar, a contar de 1930, entre os interesses das camadas populares por mais educação, e educação que assegurasse status, e os interesses das classes dominantes, que procuravam conter, de várias formas possíveis, as pressões dessas camadas. Reside aí a razão pela qual o ensino se expandiu, apesar de tudo, mas expandiu-se de forma insuficiente e distorcida.”*<sup>6</sup>

Para se evitar o acesso ao ensino das camadas mais simplórias, a educação passou a ser mais exigente, rígida, acadêmica e aristocrática, o que dava a chance de ingresso no ensino superior somente àqueles que provinham de famílias tradicionais com grande projeção social e que tinham, por forças econômicas e culturais, maiores condições de preparação e inserção nos níveis superiores de ensino. Dessa maneira, a discriminação social que cuidava também de selecionar os beneficiados pela instrução oferecida pelo sistema fez com que a educação ficasse ainda mais distante da democratização completa.

## **6) CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que, no século XIX, os países mais desenvolvidos já percebiam a necessidade de criar uma política educacional de acordo com a realidade política-econômica, centralizando a responsabilidade pela educação do povo nas mãos do Estado, em um oferecimento de instrução pública, universal e gratuita. O Brasil, apesar do atraso de um século, também se preocupou com os rumos da educação nacional. Com a Revolução de 30 e o fortalecimento do capitalismo industrial, surgiu no país uma expansão do ensino, voltado então para a qualificação de mão-de-obra para o novo sistema e de acordo com a demanda social de educação.

Percebemos que essa demanda foi a responsável pela posição do Estado em oferecer o ensino e dar maior impulso ao progresso educacional e que essa mesma demanda está fortemente relacionada com a densidade demográfica das regiões brasileiras e seus níveis de desenvolvimento.

Ressaltamos que nessa expansão verificaram-se números muito positivos com relação à queda de analfabetismo e podemos notar uma tentativa de democratização das oportunidades de educação.

Entretanto, constatamos que a expansão escolar na forma como aconteceu, nas bases de um velho sistema e sem uma política realmente definida e engajada com a causa, preocupou-se somente em atender as exigências da população, oferecendo instrução básica para as camadas pobres e realmente instruindo e possibilitando a formação das camadas ricas.

---

<sup>6</sup> Otaíza de Oliveira Romanelli, “História da Educação no Brasil: 1930/1973”, p. 104.

Desse modo, concluímos que apesar dos avanços conquistados, deixando para trás a discriminação daqueles que não tinham instrução nem oportunidades de educação, o sistema se responsabilizou por criar uma nova possibilidade de discriminação social, promovendo a expansão escolar de modo heterogêneo no território nacional, oferecendo educação aquém da demanda efetiva, retendo aqueles poucos que conseguiam acesso à educação, “afunilando-os”, principalmente, nas séries iniciais e no ingresso ao ensino superior e marginalizando-os ao oferecer diferentes níveis de educação para diferentes níveis de classes sociais, ou seja, preparação para o mercado de trabalho para as classes baixas e preparação para vida acadêmica para a classe alta.

É claro que esse quadro ainda persiste, já que a educação ainda não foi agraciada com uma política rígida e verdadeiramente renovadora. Podemos notar, mesmo no ano de 2006, um número assustador de crianças que não ingressaram na vida escolar e um índice muito elevado de evasão escolar, reflexo de que a economia, a cultura, a violência e outros fatores de igual relevância influenciam diretamente no processo educacional. Temos ainda a nossa frente a dura realidade da falta de oportunidade de vagas para o ensino superior e a massa de desempregados que não conseguem trabalho por falta de qualificação. Embora o capitalismo industrial tenha sido capaz de influenciar de modo tão significativo a economia após a década de 30, a ponto de interferir na educação e moldá-la para os interesses da época, a expansão ocorrida não foi capaz de estruturar uma política sólida que perdurasse pelas gerações futuras.

## **7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto; Tanuri, Leonor Maria. *A Educação Básica no Brasil: dos Primórdios até a Primeira Lei de Diretrizes e Bases*. In: vários autores. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. 2ª ed. atual. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, p. 59/101, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: 1930/1973*. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.